



Hugo nem se importa e quer pautar "tudo que for possível" antes do recesso parlamentar

Nesta terça (9), o presidente da Câmara, Hugo Motta, anunciou que pretende acelerar votações no plenário e votar "tudo o que for possível" antes do recesso parlamentar. Entre as pautas, está um PL alternativo envolvendo anistia aos golpistas do 8 de janeiro, que ele mesmo afirmou que pode ser votado ainda hoje.

Segundo o relator do chamado PL da Dosimetria, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), a proposta pode reduzir penas como a de Bolsonaro, que cairia para 2 anos e 4 meses em regime fechado. O texto mexe na Lei de Execução Penal e no Código Penal, alterando a forma de calcular punições e beneficiando diretamente envolvidos nos atos golpistas.

Motta também afirmou que deve colocar em votação a cassação do mandato popular do deputado Glauber Braga (Psol-RJ), além de pautar os pedidos de cassação de Carla Zambelli (PL-SP),

e, na próxima semana, de Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que deve perder o mandato após mudar-se para os EUA e faltar a mais de um terço das sessões da Câmara.

Para a Condsef/Fenadsef, isso é um prenúncio perverso do que Hugo-nem-se-importa pretende fazer nas próximas semanas. Não é segredo que uma das prioridades máximas de Motta e seus aliados é entregar o fim dos serviços públicos ao mercado financeiro.

Mesmo com 32 deputados — dos 171 que assinaram a PEC 30Itão — já tendo solicitado formalmente a retirada de suas assinaturas, o presidente da Câmara não desiste dessa proposta nefasta que ataca direitos garantidos pela Constituição e desmonta os serviços públicos.

A luta continua em defesa dos direitos do povo e contra essa reforma que é a demolição dos serviços públicos!



O alerta é máximo e a nossa luta é agora!

Nesta quarta (10), a partir das 9h, tem ato em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados para dizer NÃO à PEC 30Itão! Na quinta, 11, tem Xtaço nas redes a partir das 19h com a hashtag #ReformaAdministrativaNão

Participe! A luta que a gente perde é a luta que a gente não faz.

O povo sabe quem está do seu lado e sabe também quem são os parlamentares que votam apenas pelos próprios interesses.

Fonte: Condsef

CUT lança caderno com direitos das pessoas com deficiência e reforça inclusão

A CUT Brasil lança hoje, 10, às 19h, o Caderno 4 – As Pessoas com Deficiência: Conceitos e Terminologia, produzido pela Secretaria Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos em parceria com o Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência. A publicação sistematiza definições da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e da Convenção da ONU e busca orientar dirigentes e bases sindicais na defesa de direitos, inclusão e acessibilidade no mundo do trabalho.

O material apresenta termi-

nologias atualizadas, orientações jurídicas e parâmetros de comunicação inclusiva que ajudam a evitar práticas discriminatórias e a fortalecer a participação de pessoas com deficiência nas estruturas sindicais e nas relações de trabalho.

A live de lançamento contará com as participações Ismael José Cesar – Secretário-Adjunto de Políticas Sociais e Direitos Humanos (CUT), Ivonete Alves – Direção Executiva da CUT Brasil, Luiz Soares da Cruz – Assessor da Secretaria Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos (CUT Brasil) e

Karem Resende – Sintraseb / Blumenau e coordenadora do Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT.

Com a publicação, a CUT amplia sua produção formativa e fortalece a luta por igualdade de oportunidades, reconhecimento e participação plena das pessoas com deficiência. A Central convoca todos e todas a acompanhar o lançamento e incorporar o conteúdo às suas ações, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e alinhada às políticas públicas de direitos humanos.

Fonte: CUT



CCJ do Senado aprova fim da escala 6x1

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (10) a PEC 148/2015, que extingue a escala 6x1 — modelo em que o trabalhador folga apenas um dia após seis dias consecutivos de trabalho — e reduz gradualmente a jornada semanal no Brasil. A votação ocorreu de forma simbólica, ou seja, sem declaração nominal de voto. O texto segue para o Plenário, onde precisará ser aprovado em dois turnos.

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta estabelece um novo patamar para a organização do tempo de trabalho no país: até 8 horas por dia, distribuídas em no máximo cinco dias por semana, com limite final de 36 horas semanais e sem redução de salário. O parecer aprovado, assinado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), detalha a transição e justifica a medida com base em estudos históricos, sociais e de saúde laboral.

Transição gradual até chegar às 36 horas

A redução não seria imediata. A PEC prevê uma implementação escalonada:

- Ano seguinte à promulgação: jornada máxima de 40h semanais;
- A partir daí: redução de 1h/ano;
- Patamar final: 36 horas semanais.

Durante esse período, empresas e trabalhadores poderão manter acordos de compensação de horário por negociação coletiva. O texto também assegura dois dias consecutivos de descanso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos, um avanço significativo em relação ao atual 6x1, que impede milhões de trabalhadores de usufruir fins de semana completos.

O debate sobre a jornada se intensificou nos últimos anos, impulsionado por movimentos como o Vida Além do Trabalho, que denunciou a sobrecarga imposta pelo 6x1 e reuniu milhões de assinaturas. A PEC foi discutida em audiências nas comissões de Direitos Humanos (CDH) e Assuntos Sociais (CAS) e na própria CCJ, com participação do Ministério do Tra-

balho, Ministério Público do Trabalho, OIT, centrais sindicais e entidades empresariais.

Para o relator, a aprovação da PEC representa uma vitória importante para quem vive do trabalho. "Essa mudança significa mais dignidade, mais descanso, mais tempo com a família e mais saúde para o trabalhador e a trabalhadora. É sobre qualidade de vida, é sobre justiça social", afirmou Rogério Carvalho.

O relatório destaca que:

- jornadas longas aumentam a incidência de acidentes, burnout e transtornos mentais;
- países que reduziram carga horária registraram ganhos de produtividade;
- no Brasil, 20 milhões de trabalhadores ultrapassam regularmente o limite legal de 44 horas semanais;
- pesquisas da Unicamp e do Dieese e experiências internacionais comprovam que reduzir a jornada não gera aumento significativo de desemprego.

Fonte: Congresso em Foco